

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Datas: 16 e 17 de maio de 2022.

Local: Royal Jardins Boutique Hotel. Alameda Jaú, 729 - Jardim Paulista - São Paulo/SP.

Horários: 1º dia das 9h às 12h e 13h30 às 17h30; 2º dia das 9h às 12h.

Solicitação: Favor encaminhar cópia aos pregoeiros, equipes de apoio, membros das comissões de licitações, procuradorias jurídicas, fiscais de contratos, e todos aqueles que de alguma forma relacionem suas atividades às licitações e contratos públicos.

Objetivos do curso

Revisitar o histórico das contratações públicas, do pregão em suas modalidades presencial e eletrônico, abordando aspectos legais e operacionais, bem como os principais motivos que conduziram à mudança promovida pelo Dec. 10.024/19. Analisar o cenário das contratações públicas atuais e contextualizar a nova regulamentação. Abordar a Lei nº. 14.133/21 – Nova Lei de Licitações, abordando as novas modalidades de disputa e de contratação, assim como outras normas que irão afetar diretamente as contratações públicas, como a regulamentação do lobby e dos programas de *compliance*. Apresentar as principais mudanças promovidas pelo Dec. 10.024/19, seus avanços em relação à regulamentação anterior, bem como avaliar seus retrocessos, analisando os impactos legais e operacionais das alterações. Analisar criticamente os impactos das alterações, os pontos que não foram alterados e as perspectivas de futuras mudanças nas contratações públicas.

Considerações importantes

A Administração Pública é a maior compradora do país, contratando absolutamente todos os tipos de produtos e serviços – de medicamentos a veículos, da construção de pontes ao fornecimento de merenda escolar. O dinheiro público envolvido em tais contratações atinge cifras astronômicas, e em tempos de crise, fiscalizar a adequada destinação de tais verbas se torna pauta constante em todas as gestões públicas. A legislação brasileira vem evoluindo desde a Lei n. 8.666/93, passando pela introdução do pregão pela Lei nº. 10.520/02, na qual a modalidade foi amplamente estendida para toda a Administração Pública.

Sofrendo uma série de questionamentos em sua aplicação, o fato é que o pregão conferiu agilidade às contratações públicas, sendo relevante a economia gerada aos cofres públicos, sendo a modalidade mais utilizada atualmente – ganhando ainda mais força pela transparência que confere ao processo licitatório. As mudanças promovidas pela Lei nº. 14.133/21 são fruto de anos de críticas e problemas operacionais enfrentados no dia a dia das contratações públicas, vindo em um contexto de profundas mudanças pós operação Lava-Jato. E as mudanças que estão por virão serão ainda mais profundas, alterando completamente a dinâmica das contratações públicas.

A quem o curso é dirigido

O curso é dirigido aos servidores públicos que atuem em licitações e contratos públicos, a exemplo de **pregoeiros, equipes de apoio, membros das comissões de licitações, procuradorias jurídicas, fiscais de contratos, secretários municipais, e todos aqueles que de alguma forma relacionem suas atividades às licitações e contratos públicos.**

Prazo de inscrições e informações sobre o curso

As inscrições poderão ser realizadas até o dia **02 de maio**, através do site www.iem.inf.br. Detalhes sobre o curso podem ser obtidos por telefone **(51) 3778-1188** ou e-mail cursos@estudosmunicipais.com.br. Receberão certificados os participantes que tiverem a frequência mínima de 75%. Inscrições serão confirmadas mediante pagamento ou envio do empenho.

Investimento:

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR ÓRGÃO/EMPRESA	PAGAMENTO ATÉ 19/04/2022	PAGAMENTO APÓS 19/04/2022	Valor correspondente ao curso. NÃO estão incluídas parcelas de alimentação, hospedagem, traslados e outras que se façam necessárias a participação no evento.
1 participante	R\$ 1.200,00 por pessoa	R\$ 1.400,00 por pessoa	
2 participantes	R\$ 1.150,00 por pessoa	R\$ 1.350,00 por pessoa	
3 participantes	R\$ 1.130,00 por pessoa	R\$ 1.300,00 por pessoa	
4 participantes ou mais	R\$ 1.100,00 por pessoa	R\$ 1.250,00 por pessoa	

*Sua inscrição só será confirmada mediante pagamento ou envio do empenho.

Inscriva-se em: www.iem.inf.br, VAGAS LIMITADAS.

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

1. Histórico e Contextualização das Licitações Públicas
 - 1.1. Contextualização das licitações públicas e o surgimento do pregão
 - 1.2. Novas leis sobre contratações públicas surgidas entre a Lei 10.520/02 e o Dec. 10.024/19
 - 1.3. Mudanças e problemáticas promovidas com o pregão.

2. A nova lei de licitações públicas
 - 2.1. Histórico da Lei nº. 14.133/21
 - 2.2. Período de transição
 - 2.3. Mudanças nos prazos de apresentação de propostas;
 - 2.4. Novas obrigações dos contratados
 - 2.5. Alterações nas contratações de serviços
 - 2.6. Análise das propostas
 - 2.7. Participação de ME/EPP
 - 2.8. Novos regimes de contratação
 - 2.9. Matriz de risco
 - 2.10. Novas modalidades de licitação
 - 2.11. Novos critérios de julgamento
 - 2.12. Novas obrigações contratuais
 - 2.13. Críticas e elogios

3. O Futuro das Licitações Públicas
 - 3.1. O impacto da Operação Lava-Jato
 - 3.2. A regulamentação do Lobby
 - 3.3. A Lei Anticorrupção e os programas de integridade/*compliance*
 - 3.4. Marketplace de compras públicas

Ministrante: **Carlos Alberto Day Stoever** – OAB/RS 69.130 - Advogado;

- Bacharel em Direito pela UFSM;
- Especialista em Direito Público pela UFRGS;
- MBA em Gestão de Empresas pela FGV;
- Especialista em Compliance e Programas de Integridade pelo INSPER.
- Mestrando em Gestão de Organizações Públicas - PPGOP/UFSM
- Atuação com ênfase em:
 - Licitação e Contratos Públicos;
 - Parcerias Público-Privadas;
 - Programas de Integridade – Compliance;
 - Improbidade Administrativa;
 - Servidores Públicos - Sindicâncias e Processos Administrativos.
- Ministrante de diversos cursos e treinamentos para empresas e servidores públicos, com foco na atuação e relacionamento com o Governo.